

# Lazer: Concepções e Significados

Nelson Carvalho Marcellino<sup>1</sup>



abordagem dos temas lazer, cultura e educação tem gerado uma série de polêmicas, em muitos casos provocadas pela falta de consenso quanto aos conceitos que envolvem.

Levando em conta esse dado de situação, escolhi para esta reflexão, cinco pontos a destacar.

O primeiro tópico que gostaria de abordar são as várias formas de entendimento dos três termos, que se verificam entre nós.

Quanto à cultura, o que se verifica, no senso comum, e mesmo na ação de órgãos, quer do setor público, quer do setor privado, é uma restrição às artes, aos espetáculos e à leitura. O entendimento e a ação se concretizam, assim, de uma maneira restrita.

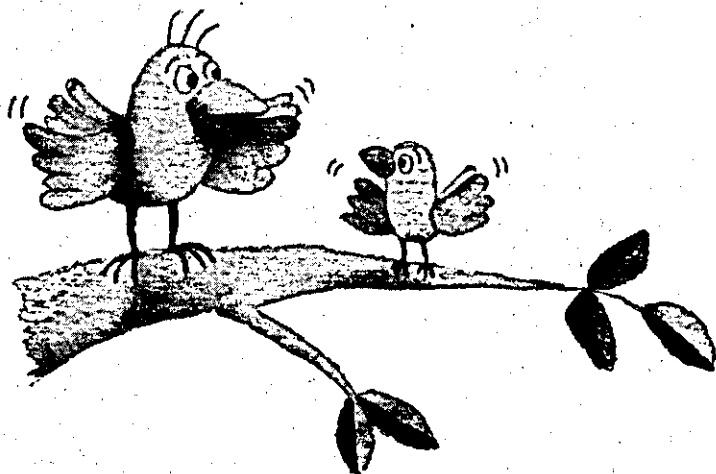
Do meu ponto de vista, a noção de cultura deve ser entendida em sentido amplo, consistindo, como conceitua a antropóloga Carmem Cinira Macedo (*apud* VALLE, 1982, p.35), "... num conjunto de modos de fazer, ser interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve". Implica, assim, no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, dessa forma, não pode ficar restrita ao "produto" da atividade humana, mas tem que considerar o "processo dessa produção" – "o modo como esse produto é socialmente elaborado"(Idem).

Por outro lado, verifica-se que muitos adjetivos têm sido colocados ao lado do termo educação, para denominar diferentes processos educativos. E aqui é fundamental a distinção entre a educação sistemática, efetuada sobretudo através da Escola, e a assistemática, que compreende os vários processos de transmissão cultural, englobando, dessa foram, toda relação pedagógica, inclusive a que se verifica no lazer.

---

<sup>1</sup> Livre Docente do Departamento de Estudos do Lazer, da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Coordenador dos Grupos de Pesquisa "Lazer e Educação" e "Políticas Públicas e Privadas Setoriais de Lazer", Pesquisador do CNPq.

Entendo a relação pedagógica de maneira ampla, tal como foi definida por GRAMSCI (1979; 1981), que não a limita ao que é denominado pelo autor de “relações especificamente escolásticas”, mas “em toda a sociedade no seu conjunto e em todo o indivíduo com relação aos outros indivíduos, bem como entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos do exército. Enfim, toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica” (1981, p. 37).



Quanto ao lazer, o entendimento também é polêmico, principalmente quando se verificam análises que contrapõem situações ideais de lazer à outras esferas de atividades humanas consideradas concretamente, ou vice-versa.

Dessa forma, contrapõem-se à educação e à Escola do dever, o lazer concreto, e o lazer do dever à educação e à Escola concretas.

Nossa consideração do lazer leva em conta os seguintes pontos:

1. cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida), no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares, sociais, combinando os aspectos tempo e atitude. Essa posição baseia-se no concreto da sociedade urbano-industrial – tal como é, e não do dever- ou seja, como deveria ser;

2. o lazer gerado historicamente e, dele, podendo emergir, de modo dialético, valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre ele também sendo exercidas influências da estrutura social vigente;

3. um tempo que pode ser privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para solapar a estrutura social vigente;

4. portador de um duplo processo educativo - veículo e objeto de educação, considerando-se, assim, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social (DUMAZEDIER, 1979, 1973).

O lazer é entendido, portanto, como a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Ou seja, não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela própria situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade ou pelo ócio (MARCELLINO, 1995).

É importante ressaltar, também, que o entendimento do lazer não pode ser efetuado “em si mesmo”, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada. Outras opções implicariam na colocação apenas parcial e abstrata das questões relativas ao lazer. É impossível, por exemplo, abordar as questões do lazer isoladas das questões do trabalho.

A segunda colocação que gostaria de fazer é que, considerados dessa perspectiva, lazer/cultura - escola-processo educativo guardam relações estreitas, sejam esses elementos concebidos como pares, ou de maneira encadeada. Em outras palavras, partes que são de um todo mais amplo, o plano cultural, não é possível desconhecer as relações existentes entre eles (MARCELLINO, 1995).

Nesse sentido, são fundamentais políticas setoriais que considerem cada uma das suas especificidades, mas que sejam abordadas de maneira integrada.

Assim, um terceiro ponto a considerar é que não defendemos a escola, o lazer/cultura e o processo educativo, tal como eles se apresentam na nossa sociedade.

Quer dizer, também, que não enxergamos possibilidades de construção de liberdades individuais - soluções individuais, ou de pequenos grupos, dentro do atual sistema. Exemplo disso são as soluções procuradas em condomínios residenciais de alto padrão, onde se busca o isolamento dos problemas das cidades, mas que acabam reproduzindo, no seu interior, esses mesmos problemas.

Não vemos as coisas de modo maniqueísta. Reconhecemos as dominações existentes inter-classes sociais, mas percebemos, também, aquelas existentes intra-classes sociais.

Um quarto ponto a colocar é que não pretendemos propor um novo sistema para substituir o existente. Isso, do nosso ponto de vista, deverá ser uma construção coletiva. Por ora, basta sabermos, como dizia GRAMSCI (1979;

1981), que o que aí está deve ser derrubado e construído um novo, e cabe a nós, enquanto profissionais da área do lazer, da cultura, da educação, trabalharmos no plano cultural, contribuindo para a construção de uma reforma moral e cultural, preparadora da nova ordem social a ser construída no coletivo.

Um quinto e último ponto a abordar é a ocorrência entre nós sobretudo do anti-lazer, e não do lazer (MARCELLINO, 1995). É o lazer mercadoria. É o simples entretenimento e diversão, no sentido de distrair, de desviar a atenção. Atividades de consumo exacerbado, que são apresentadas como ilusão de escolha e participação.

Considerados esses cinco itens, verificamos que vem imperando, entre nós, a visão “funcionalista” do lazer (MARCELLINO, 1995), que prega a importância da preservação da ordem estabelecida, sendo o lazer a válvula de escape dessa própria ordem social vigente.

Em suas várias nuances – romântica, compensatória, moralista e utilitarista –, a visão “funcionalista” do lazer não desconhece a relação lazer-cultura-escola-processo educativo, no plano cultural, mas privilegia a ação quase que exclusiva no lazer, minimizando o papel da escola e do processo educativo, baseando seus argumentos no fracasso escolar, que estaria situado no âmbito da própria instituição escolar, considerada de modo isolado da sociedade na qual está inserida. Chega-se a propor até a desescolarização, numa sociedade que sequer foi escolarizada para grande parcela dos seus integrantes.

Essa atitude contribui para reforçar, ainda mais, o caráter “funcionalista” do lazer, para a manutenção do “status quo”, uma vez que não leva em consideração o chamado “todo inibidor” para a sua prática, ou seja, o conjunto de aspectos que, tendo como pano de fundo a situação sócio-econômica, provoca as desigualdades quantitativas e qualitativas na apropriação do “tempo disponível”, na luta pela sobrevivência.

Por outro lado, considerar apenas a educação e o processo educativo, no plano cultural, não significa desconhecer aquelas relações já colocadas com o lazer, mas privilegia-se tanto o primeiro elemento- escola, não raro adotando uma atitude apocalíptica com relação ao lazer, considerando-o apenas na perspectiva da classe dominante, como instrumento de manipulação das “massas”. Não se reconhece, assim, as características históricas do lazer: as circunstâncias em que está sendo gerado, abrindo dessa forma, mais espaço para a concepção “funcionalista” do uso do tempo disponível, que já mobiliza consideráveis recursos institucionais, além da indústria cultural, exercendo o adestramento para o tipo de caráter social necessário ao não estabelecimento de mudanças.

**Finalizando**, o reconhecimento da interdependência entre lazer, escola, processo educativo, no plano cultural, exigiria:

**Primeiro:**

- ◆ Uma nova pedagogia, embaixadora de uma nova prática educativa e realimentada através dessa própria prática, considerando o lazer como canal possível de atuação no plano cultural, de modo integrado com a escola, no sentido de contribuir para a elevação do senso comum, numa perspectiva de transformação da realidade social, sempre em conexão com outras esferas de atuação política.
- ◆ Uma pedagogia que considere, ao mesmo tempo, a necessidade de se trabalhar para a mudança do futuro, através da ação do presente, por mais adverso que esse seja, mas também a necessidade de vivenciar esse processo de mudança, sem abrir mão do prazer restrito de que se dispõe, mas, pelo contrário, que essa vivência seja, em si mesma, prazerosa. A alegria na escola, de que nos fala G. SNYDERS (s.d.); uma educação baseada em alunos e educadores felizes (SNYDERS, 1993). A alegria como denúncia e anúncio, de que nos fala Rubem ALVES (1986). Denúncia da realidade opressora e anúncio de como ela poderia ser vivida de modo diferente.

**Segundo:**

- ◆ A necessidade de fixação e desenvolvimento de políticas públicas setoriais, com ampla participação popular, considerando as possíveis parcerias entre poder público, iniciativa privada (“esclarecida”) e iniciativas espontâneas, enfocando o lazer, no plano cultural, não apenas numa perspectiva da difusão cultural, necessária, mas não suficiente, mas também da perspectiva da participação e da criação culturais, uma vez que, como vimos, no início dessa fala, a cultura não é somente o produto, mas o processo de sua criação e o conhecimento e sensibilidade deles decorrentes.

**Utopia?**

Sim, nossa proposta é utópica, no sentido de que não é hegemônica, mas já mostra sinais de que essa construção é possível: em algumas propostas da “pedagogia da animação”<sup>2</sup>, e nas políticas públicas setoriais de lazer, em executivos municipais comprometidos com a participação popular na construção da cidadania<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Detalho a proposta da pedagogia da animação em Lazer e Educação (1995) e Pedagogia da Animação (1997).

<sup>3</sup> Algumas dessas propostas são detalhadas em MARCELLINO (Org. 1995).

Acreditar nessas alternativas, enquanto opção de atuação profissional, significa aprimorarmos, cada vez mais, em termos de competência técnica e do estabelecimento de um compromisso político com a mudança, sabendo que apenas ações individuais desarticuladas não contribuirão para tentativas de solução. É preciso buscar aliados.

Daí a importância de nos filiar-mos às associações, conscientes da nossa opção pela mudança, e de nosso papel de profissionais do lazer enquanto educadores, e não mercadores.

Daí a importância de preservarmos o ENAREL (Encontro Nacional de Recreação e Lazer) como um dos nossos espaços de encontro, de discussão, de troca de experiências, de conhecimentos e produção de novos conhecimentos, que nos auxiliem no cotidiano da nossa ação.

Termino com as palavras com que o Prof. Rubem Alves encerra um presente que me deu – o prefácio belíssimo do meu livro *Pedagogia da animação*, que na verdade não são dele, mas de Roland Barthes:

“nenhum poder  
um pouco de saber  
um pouco de sabedoria  
e o máximo de sabor possível.”

Não podemos nos esquecer, porém, que, considerando a sociedade em que vivemos, para que isso ocorra, devemos procurar fazer de tudo, buscando aliados, para garantirmos o poder, na Escola, no processo educativo, atuando no plano cultural, com o lazer, estabelecendo políticas públicas viáveis, embasadas nesses valores, para que essa construção seja possível.

### Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. *A gestação do futuro*. Campinas, Papyrus, 1986.
- DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da animação*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

- \_\_\_\_\_. *Lazer e educação*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *Políticas públicas e privadas setoriais de lazer - o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- SNYDERS, G. *Alunos felizes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Alegria na escola*. S. Paulo: Manole, s.d.
- VALLE, E & QUEIROZ, J. (Org.) *A cultura do povo*. S.Paulo: EDUC, 1982.